



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

## ATA DE JULGAMENTO

### 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DA 2ª TURMA RECURSAL, 11/11/2020 (17ª POR VIDEOCONFERÊNCIA)

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 10:03 horas, na sala de sessões das turmas recursais do Estado do Maranhão, nos termos da portaria conjunta 10070477, de 04/04/2020, virtualmente, pelo sistema TEAMS, iniciou-se a 18ª Sessão presencial por vídeo conferência da 2ª turma recursal e a 27ª sessão de julgamento de 2020. O colegiado foi composto pelos senhores Juízes, Dr. PABLO ZUNIGA DOURADO, 2º Relator e Presidente, Dr. NEIAN MILHOMEM CRUZ, 1º Relator e Dr. RODRIGO PINHEIRO DO NASCIMENTO, 3ª Relator, comigo, secretariando os trabalhos. Sem ressalvas, foi aprovada a ata da sessão anterior. SUSTENTAÇÃO ORAL: O advogado ALLYSSON BRITO, MA 12700-A, solicitou sustentação oral no Processo 2990-49.2017.4.01.3704, autora RAIMUNDA FERREIRA DA COSTA, embora devidamente intimado, não se apresentou no ambiente virtual da sessão. Participaram da Sessão os Servidores Paavo Nousiainen Pegado e Ceane Kelly Pinto Marques. Foram retirados de pauta os processos: 64.58.2018.4.01.3704, 829.72.2017.4.01.3701 e 2020.46.2017.4.01.3704, todos da 2ª relatoria, antes adiados da sessão de 21/10/2020. Foram julgados os demais processos pautados para a sessão, 08 processos virtuais, 33 processos físicos e 01 processo do PJE, da 1ª relatoria; 33 processos físicos e 11 processos do PJE, da 2ª relatoria e 34 processos virtuais e 16 processos do PJe, da 3ª relatoria, cujos resultados encontram-se no corpo da presente ata. Nada mais havendo a tratar, às 10h10min, foi encerrada a presente sessão, ficando tudo gravado em mídia eletrônica e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelo MM Juiz Presidente da sessão e, em seguida, encaminhada para publicação.

PABLO ZUNIGA DOURADO  
Juiz Federal Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Zuniga Dourado, Juiz Federal**, em 13/11/2020, às 12:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **11738752** e o código CRC **E8D6C474**.